

## IDENTIDADE LINGÜÍSTICA E IMPRENSA NO BRASIL<sup>1</sup>

Lúcia Maria de Assis (UFF)

[lucia.a@puvr.uff.br](mailto:lucia.a@puvr.uff.br)

### 1. *O percurso teórico-metodológico*

O trabalho será iluminado pela história das ideias linguísticas, teoria difundida no Brasil por Orlandi, Guimarães, Fávero, entre outros. De acordo com a referida teoria, não se pode observar um objeto, neste caso a imprensa, sem levar em consideração o contexto e os atores sociais, uma vez que as ideias não se fazem sem sujeitos que vivenciam determinadas situações, em algum lugar e em determinada época. Ou, nas palavras de Orlandi (1996, p. 17): “o estudo da linguagem não pode estar apartado da sociedade que a produz, pois os processos que entram em jogo na constituição da linguagem são processos histórico-sociais”.

Isso justifica o fato de, ao analisarmos o papel da imprensa na consolidação da identidade linguística brasileira, simplificarmos com a obra barretiana e o que nela se fala sobre língua. De outro modo, pode-se dizer que se pretende mostrar como Lima Barreto *dizia a língua*. Em Mendonça (2006, p. 14), observamos que

Dizer a língua não significa simplesmente falar sobre a língua, como *qualquer falante* faz, mas lançar seu discurso sobre a língua em meio aos outros com poder de dizer. Ou seja, dizer a língua pressupõe reconhecimento social para fazê-lo, significa entrar na luta em que o discurso é publicizado e ganha poder.

### 2. *Um breve relato do percurso da imprensa carioca*

Já que a língua é e tem história e a imprensa é um dos meios de comunicação que mais a disseminam, colaborando para a ascensão da modalidade linguística que deve ser considerada de prestígio, importamos analisar o que representava a imprensa no período de transição dos séculos XIX e XX.

De acordo com Cyrino e Joanilho (2006), o jornal constituía um espaço de reflexão/compreensão/interpretação dos sentidos sobre a lín-

---

<sup>1</sup> Uma versão ampliada deste artigo foi publicada no livro *Identidade e Cidadania em Lima Barreto*, publicado em 2011, pela Editora Appris.

gua nesse período, quando houve uma grande preocupação em demonstrar que a língua do Brasil era diferente da de Portugal. Para Machado (2004), compreender o papel da imprensa na virada do século XIX para o XX, quando se iniciava a construção de uma identidade para a nação que surgia no Brasil, é fundamental para a compreensão de como a imprensa participou na construção dessa nova proposta de nação.

É relevante observar que, na transição Império/República, a imprensa unificava o discurso dominante, tornando-o legível. Sendo assim, criava-se, no Rio de Janeiro entre 1880 e 1890, um novo modelo de jornalismo. Os jornais tinham a intenção de informar os letrados e influenciar os não letrados, uma vez que a palavra escrita já possuía uma enorme capacidade de se inserir em diversos meios sociais, direta ou indiretamente, tornando-se um elemento de normatização da própria sociedade.

Observa-se que, à medida que o jornal adquiria credibilidade, constituía-se num dos principais *locus* onde se realizavam as representações das ideias de nacionalidade e de identidade nacional brasileira, que ganha corpo principalmente na imprensa, devido à forma como esse meio de comunicação realizava o trabalho sobre as representações sociais. Nele, as pessoas verbalizavam seus desabafos, discutiam e até reivindicavam alguns direitos.

Como uma nova força que absorvia grande parte da atividade intelectual brasileira do referido período, o jornal alcançou novos territórios e os jornalistas tornaram-se ditadores da nova moda e dos novos hábitos, desafiando, inclusive, a Igreja no controle da consciência do cidadão brasileiro. Nessa época, jornalismo político e literatura fundiram-se num mesmo veículo e os literatos passaram a se empregar nos jornais para que pudessem, mais facilmente, publicar suas criações literárias. Para obter essa relativa facilidade, no entanto, segundo Nelson Werneck Sodré (1999, p. 192), o literato devia passar pela censura do Conservadorismo e receber o visto da polícia.

Nas décadas de 60 e 70, enquanto em São Paulo surgiam periódicos a toda hora, engajados em alguma causa, o combate à escravidão, por exemplo, na corte (Rio de Janeiro), predominava a oratória vazia. O público leitor era formado por moças e estudantes, o que definia, via de regra, os temas abordados pela imprensa. Machado de Assis, por exemplo, seguia essa tendência e colaborava assídua e sistematicamente no *Jornal das Famílias*, dedicado às mulheres. Nele publicava literatura amena e sem fundamento na realidade.

Pode-se afirmar que, no Brasil, a literatura conduzia ao jornalismo e este à política. Por isso era comum que um literato fosse jornalista, orador e político ao mesmo tempo. Tanto que a história do *Jornal do Comércio* confunde-se com a do reinado. “Evocá-la é evocar a série de vultos que brilham na nossa política, nas nossas letras, nas nossas artes.” (Sodré, *ibidem*)

No fim da segunda década da última metade do século XIX, as alterações na fisionomia do país aumentavam e, no ano de 1869, surge o jornal *A Reforma*, que defendia um programa liberal: reformas eleitorais e judiciárias e abolição da escravatura.

Em 1870, começou a circular o jornal *A República*, no qual se reuniam os melhores elementos de literatura e imprensa do país. Segundo Sodré (1999, p. 212), esse jornal tinha uma alta vendagem e, para seduzir seus leitores, fazia sorteio de prêmios, o que não era comum à época. Nelle defendia-se a separação entre Igreja e Estado e combatia-se o castigo corporal nas forças armadas.

Logo após, em 1872, surgiram mais de 20 jornais republicanos. Portanto, no final do século, a ideia republicana ganhava a camada culta do país, estudantes, intelectuais, militares e padres. Junte-se a isso a circulação de revistas. Em 1873, havia a *Mosquito* e *O Mequetrefe*, nas quais havia caricaturas e gravuras ligadas à realidade nacional. De acordo com Sodré (1999, p. 222):

Era fundamental que elas estivessem ligadas à realidade nacional, que o público se revisse nelas, encontrasse aquilo que desejava e que o interessava. Numa fase de agitação crescente, surgindo as grandes questões que abalariam o regime, discutindo-se problemas essenciais ou importantes, era preciso entender a influência e não limitá-la ao elemento culto, intelectualizado, afortunado.

O país vivia uma fase de mudança e a imprensa deveria acolher a inquietação da população, discutir as reformas, influir no andamento e, com isso, ampliar sua influência. Em 1874 (para alguns 1875), surge a *Gazeta de Notícias*, jornal que amplia o espaço da literatura. Tratava-se de um jornal de formato modesto, com colunas estreitas, barato, popular e liberal, com jornalistas e não homens de letras; tentava mostrar que a imprensa brasileira, lentamente, conquistava características definitivas. Em 1883, surgem alguns pasquins, como o *Corsário*, que circulava livremente, pois não havia censura.

Essa foi também uma grande época literária. A cultura aprendida nos livros encontra espaço na vida brasileira. O público ia lentamente sendo conquistado para a literatura, principalmente pelo folhetim, que se conjugou com a imprensa, tornando-se o melhor atrativo do jornal. Ler folhetim chegou a ser um hábito familiar. A leitura era realizada em voz alta e, portanto, atingia também os analfabetos, que eram a maioria da população. Diante de tanto sucesso, até a *Gazeta de Notícias* rendeu-se ao gênero e mandou traduzir os melhores autores franceses. O sucesso explica também o fato de quase todos os autores brasileiros de ficção terem participado do folhetim: Machado de Assis, Raul Pompéia, Aluísio Azevedo.

Já os jornais essencialmente opinativos propunham modelos editoriais com ênfase na verdade. A virada do século, entretanto, acelerou o ritmo da vida cotidiana que se viu invadida pelo cinematógrafo e pela atividade editorial próspera, o que proporcionou um aumento da produção de livros e revistas, fixando os contornos da nova sociedade republicana. Nela, a imprensa influenciou o gosto literário e moldou o perfil do novo intelectual, que possuía como principal atividade o jornalismo. Para Machado (2004, p. 65),

Se por um lado, os literatos pretendiam aumentar o seu poder de ação social sobre as camadas urbanas, por outro lado, ao vender o produto de seu trabalho ao periódico, ganhavam notoriedade e participavam igualmente do jogo de manipulação e poder que esses jornais ofereciam.

No deflagrar da República, portanto, os escritores, elementos de uma nova classe no Brasil (a classe média), participavam na arregimentação da mudança. Isso se fazia através da imprensa, que era o órgão que lhes permitia expressar os sentimentos e reivindicar um papel respeitável na vida brasileira.

Em 1901, surgiu o *Correio da Manhã*, jornal de Edmundo Bittencourt, com o propósito de combater o governo Campos Sales. Como era polêmico, tudo o que nele aparecia sobre as letras alcançava projeção, sendo cerceado apenas pelas exigências de orientações formais ou informais da época. Carvalho (1996) destaca, entretanto, que, nos primeiros anos da República, a imprensa retraiu-se. Jornalistas desapareceram e as seções políticas foram eliminadas do jornal. Tudo isso graças ao decreto 295 de 29 de março de 1890, que reprimia a liberdade de imprensa. Na verdade, somente nas primeiras décadas do século XX, a imprensa tornou-se mediadora entre o público leitor e a sociedade política.

Para Machado (2004, p. 65), nessa virada de século,

O jornal passa a ser usado como arma polêmica e também, através das novas técnicas, tentava se popularizar, o que significava valorizar o grotesco, o violento, as matérias policiais. Essa valorização, muitas vezes, levada ao extremo, fazia com que os fatos policiais, as tragédias do cotidiano, as catástrofes fossem, de fato, o assunto principal. Popularizar significava se transformar também no intermediário entre o público leitor e o poder.

Lima Barreto também escreveu na imprensa carioca e, para isso, lançou mão do gênero crônica para manifestar suas críticas em relação aos costumes, ao jogo do poder e ao modelo de língua portuguesa que alguns teimavam que se deveria seguir no Brasil. Foi exatamente através da imprensa que o literato realizou valiosas descrições sobre o Rio de Janeiro de seu tempo e a discriminação que começava no uso linguístico reconhecido/não reconhecido.

### 3. *Lima Barreto e a imprensa*

A relação de Lima Barreto com a imprensa (jornais, revistas, principalmente cariocas), começou precocemente quando o literato ainda era um estudante de engenharia. Naquela época, ele escrevia em *A Lanterna*, jornal universitário de grande circulação, apesar de oficioso. Um pouco mais tarde, passou a escrever no *Tagarela*, jornal de pequena duração, no qual iniciou o ofício de cronista.

Depois de já ter prestado o concurso para amanuense, começou a colaborar no *Correio da Manhã*, o mais importante diário carioca da Primeira República; ali redigiu uma série sobre as escavações no Morro do Castelo. Em 1907, passou rapidamente pela revista *Fon-Fon* e criou a *Revista Floreal* – “simpática e feiosinha, a bem-intencionada publicação não durou mais do que quatro números”, como informa Resende (2004).

Em 1909, foi publicado seu romance *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, com críticas ao jornal *Correio da Manhã* e seu poderoso dono, Edmundo Bittencourt. Devido a isso, Lima Barreto tornou-se mal visto pela imprensa de prestígio e, portanto, precisou traçar seu caminho por meio de pequenas publicações, quase sempre, na imprensa alternativa. Ainda assim, conseguiu publicar na *Careta* e na *Revista Souza Cruz*, importante a primeira e elegante a segunda.

O literato lutou pela liberdade de imprensa com a arma mais eficaz que possuía – a escrita. Aos 30 anos, no auge de sua carreira, publicou, em folhetim, o romance *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, no *Jornal do Comércio*. Concomitantemente, escreveu na revista *A Estação Te-*

*atral*, na qual abordou questões culturais e criticou a europeização do Rio de Janeiro, a elitização do Teatro Municipal e a ditadura de Coelho Neto. Resende (2004, p. 12), ressalta que

Se o coelhonetismo era alvo principal de suas críticas ao pensamento e à escrita conservadores, muitos outros mandarins e acadêmicos, que praticam uma literatura contemplativa, estilizante, consagrada nos círculos dos burgueses embotados pelo dinheiro, não foram poupados.

Nos anos de 1914 e 1915, colaborou no *Correio da Noite*. Ali demonstrou seu pensamento a respeito de pátria e nacionalismo, com um conceito de nação entendido como o conjunto de cidadãos unidos por um sentimento de maior solidariedade. Com esse pensamento, demonstrou recusar o ufanismo e o nacionalismo excludente, questões que se estenderiam, ainda, por várias crônicas.

Ainda em 1914, publicou também no *A.B.C.* Entre 1916 e 1917, passou a escrever para periódicos (jornais e revistas) “libertários, preocupados com a questão social e o agravamento da desigualdade nas cidades mais importantes do país, especialmente na Capital Federal”, conforme afirma Resende (2004, p. 14). Nessa fase, Lima Barreto já merecia a atenção de intelectuais críticos e da imprensa, devido à constante presença nos periódicos e à originalidade com que escrevia, unindo crítica ao humor.

Já a década de 20, como nos informa Resende (*ibidem*), marcou uma virada na cultura brasileira, modernizando o país e a cidade do Rio de Janeiro. Entretanto, o novo modelo de vida não significava o abrandamento dos preconceitos e das injustiças sociais, pois a elite continuava ignorante, presunçosa e fútil. Foi aí que Lima Barreto retornou à revista *Careta*, para a qual havia se tornado extremamente necessário. Amadurecido, o literato passou a ser mais tolerante sem perder, no entanto, o espírito crítico. A essa altura, suas crônicas haviam se modernizado,

Adequando-se aos novos modelos da imprensa; tornaram-se menores, mas ainda mais contundentes, apesar do frequente recurso ao satírico. A escrita também se modificava, com o coloquialismo definitivamente assumido que ia se aproximando do que vai caracterizar o estilo modernista. Antecipando uma função bem posterior da crônica jornalística, seus textos vão se referir cada vez mais à própria imprensa, aos próprios jornais e seus noticiários, lidos e comentados. (RESENDE, 2004, p. 20)

#### 4. *A crônica de Lima Barreto na imprensa carioca*

Apesar de este ser o gênero literário menos estudado da obra barretiana, como afirma Cury (1981), sua análise é indispensável, pois foi o que mais funcionou como instrumento direto do posicionamento explícito do autor ante a realidade. Essa explicitude deve-se principalmente a dois motivos: o gênero não sofria imposições de editores, como os livros; e atingia mais diretamente a camada popular cuja visão e defesa Lima Barreto procurou assumir.

A respeito das crônicas barretianas, Lins (1976, p. 12) afirma que nelas emerge a “concepção da língua que, sem renegar a tradição, é aberta à enérgica contribuição popular, em harmonia com o interesse que demonstra pela gente obscura”. O crítico continua dizendo que “esses artigos e crônicas, alguns violentos, outros cheios de delicadeza e quase todos repassados de humor (...), formam um arquivo de grande interesse documental e literário.” (LINS, 1976, p. 31).

Já Resende (1993) observa que, nas crônicas de Lima Barreto, estão presentes o confronto entre o velho e o novo, a busca pela reprodução do específico de cada linguagem, bem como a recusa da linguagem ornamental no jornalismo e na literatura. Portanto, afirma-se que Lima Barreto fez da crônica um espaço de emissão da palavra do autor, como se o escritor se instalasse ao lado do cidadão comum, no bonde, nos cafés, nas esquinas e, após uma troca de ideias, tornasse pública essa opinião que seria partilhada com o leitor.

O literato critica a vida pública, a ética dos governantes, o comportamento popular, a educação pública, buscando a cumplicidade do público-leitor. Crítico, sua preocupação não se restringe simplesmente em informar, mas em criar e desenvolver no leitor algumas necessidades. Para isso, escreve crônicas críticas, construídas com elementos ficcionais e recursos narrativos com diálogos dramáticos. Por outro lado, isso é quebrado pela ironia e por uma linguagem não ornamental, mais próxima à linguagem do leitor não necessariamente culto. Tudo em busca de maior cumplicidade e em defesa de um uso linguístico que represente o real cidadão brasileiro, pois, como mostra Resende (1993, p. 116),

Numa cidade (país) onde a letra, a linguagem, funcionava (funciona ainda) como alavanca social, condição de respeitabilidade pública e de incorporação ao poder, a linguagem do intelectual precisa se fazer específica. Do ponto de vista da observação linguística, é curioso observarmos como, neste momento de construção da modernidade, se evidenciam duas possibilidades de utilização da língua: uma de aparato – a dos doutores, a ser usada publicamen-

te, e outra popular e cotidiana. Daí a importância da opção por uma dicção próxima do modelo popular dos folhetins nos contos e romances de Lima Barreto, dicção que se acentua nas crônicas, buscando aproximar-se dos leitores.

Assim, Lima Barreto utiliza a crônica para continuar sua militância, uma vez que, para ele a literatura deveria significar uma comunicação militante (...) em que o autor se engaja com suas palavras e o que elas transportam, a mover, demover, comover, remover e promover. A escrita é para ele, antes de tudo, um instrumento com o encargo não de renovar a língua, mas de retemperá-la. (LINS, 1976, p. 81)

Esse “retemperar” parece ser definido como o emprego de uma linguagem que seria compreendida pela parte da população brasileira que, naquele momento, não conseguia enxergar sua identidade, sua cidadania. Como escritor e intelectual, Lima Barreto procura resgatar a identidade de uma cidadania em processo de dilaceração, constatando que as questões cultural e linguística são primordiais na construção da identidade.

Como pretende falar em nome de uma população que se encontra marginalizada, que não tem direito à cidadania nem à voz, é comum que suas crônicas retratem o subúrbio e os suburbanos, com seus hábitos e costumes. Por outro lado, podemos considerar também que não são os suburbanos que preocupam Lima Barreto, mas o centro do Rio de Janeiro, onde surgem as modas, levantam-se as reputações e se faz política, pois ali se decidem os destinos da população carioca/brasileira e a norma linguística considerada de prestígio realmente se consagra. A esse respeito, Resende (1993) afirma que é também o centro que a população suburbana almeja e, em torno dele, que grande parte dos pobres se aglomera:

Esse é o espaço verdadeiramente desorganizado e considerado pelos poderosos como ameaçador, até porque mais próximo do espaço da elite. O subúrbio é o espaço da desatenção (...), é a outra cidade onde devem ser mantidos os que incomodam a cidade letrada. (RESENDE, 1993, p. 103)

Para concretizar sua crítica aos modelos excludentes da época e chamar a atenção dos excluídos, Lima Barreto discorre sobre temas variados. Dentre eles, demonstramos, aqui, o que literato dizia sobre a língua portuguesa do Brasil.

## **5. *O que dizer sobre a língua?***

De acordo com Serpa (2000), desde o século XIX, alguns intelectuais brasileiros sentiam-se responsáveis pela tarefa de criação da nação e, para tanto, envolviam-se em discussões em torno da constituição da

nacionalidade. Nesse sentido, a escrita literária assumia uma dimensão importantíssima no estabelecimento da diferença, da busca da originalidade e do desejo de autonomia que se contrapunha aos interesses da mãe-pátria.

Essa mesma escrita que pretendia dar uma feição de nação ao Brasil era fonte de marginalização entre os brasileiros, pois, monopólio de poucos, servia para legitimar poderes, conferir primazias ou privilégios, definir posses, projetar sonhos, desclassificar saberes e formas de expressão, legitimar e divulgar a interdição.

Deve-se a isso, a constante crítica de Lima Barreto a Coelho Neto, pois a maneira como usava a língua na expressão literária afastava-a do povo. Portanto, na visão barretiana, Coelho Neto legitimava a interdição, o silenciamento das camadas mais pobres da população. Sobre isso, o literato comenta em *Histrião ou Literato?*, crônica publicada na *Revista Contemporânea* em 15/02/1918:

O Senhor Coelho Neto quer fazer constar ao público brasileiro que literatura é escrever bonito, fazer brindes de sobremesa, para satisfação dos ricos.

Ele não quer que o público brasileiro veja no movimento literário uma atividade tão forte que possa exigir o desprendimento total da pessoa humana que a ele se dedique. (...)

A missão da literatura é fazer comunicar umas almas com as outras, é dar-lhes um mais perfeito entendimento entre elas, é ligá-las mais fortemente, reforçando desse modo a solidariedade humana, tornando os homens mais capazes para conquistar o planeta e se entenderem melhor, no único intuito de sua felicidade.

Na crônica *Em literatura e política*, publicada em *A Lanterna* de 18/01/1918, além do modelo de língua literária imposto por Coelho Neto, Lima Barreto critica a Academia Brasileira de Letras, pois não demonstra preocupação com, nem aproximação da modalidade falada pelo povo:

(...) em um século deste, o senhor Coelho Neto ficou sendo unicamente um plástico, um contemplativo (...). Se ele estivesse ao par dos males do seu tempo, com o talento que tem, e o prestígio do seu nome, poderia ter apresentado muita medida útil e original. O deputado ficou sendo o romancista que se preocupou com o estilo, com o vocabulário, com a paisagem, mas que não fez do seu instrumento artístico um veículo de difusão das grandes ideias do tempo, em quem não repercutiram as ansias de infinita justiça dos seus dias.

Por outro lado, a língua tornava-se também objeto de luta e do poder da nação brasileira quando os intelectuais se debruçavam na busca de brasileirismos, propondo reformas gramaticais e ortográficas, e, com isso, legitimando a distinção social pela língua falada e pela língua escri-

ta. Existia no Brasil um desejo de marcar sua diferença não só pela literatura, mas também pela língua.

Em *Método Confuso*, crônica publicada na *Careta*, em 08-10-1921, Lima Barreto critica não a língua que diferencia o brasileiro do português ou de outros povos, mas aquela que marca a distinção entre as classes sociais:

A seriação natural dos pensamentos, a lucidez e a clareza não são os limites para que tendem as obras e os escritos dos nossos homens. Se começam lúcidos e claros, acabam confusos e obscuros. Há muitos exemplos práticos e teóricos. Nos seus primeiros trabalhos, entendia o Senhor Araripe Junior; mas, depois, com a idade e o renome, ele se fez obscuro, confuso e ganhou fama de profundo, de transcendente, porque ninguém o decifrava (...)

O método confuso, porém, tem outras manifestações entre nós. Às vezes, ele se reveste de intuítos deliberadamente destinados a estontear os parvos. É então usado pelos prefeitos, políticos e criminosos sagazes; mas, seja intencionalmente, seja inconscientemente, um tal método é muito generalizado no nosso país. Uma das aplicações mais conhecidas, é a do estilo clássico das nossas celebridades médicas e de seus admiradores.

É confuso por “dous carrinhos: a) porque emprega vocábulos, modismos, construções, idiotismos, etc., dos séculos diferentes dos quais nem todos são considerados clássicos; b) porque, com tais arcaísmos de léxico e de sintaxe, o leitor comum não o entende. Entretanto, é considerado uma maravilha, embora a palavra, escrita ou falada, tenha por destino comunicar o pensamento.

Em relação à linguagem popular, essa também sofria com o preconceito, pois, como mostra Serpa (*op. cit.*) dizia-se que a língua com que se escreviam os monumentos artísticos da nação, com a qual se fixavam as ações e os feitos dos homens de ciência e de guerra e a história do país deveria ser estudada nos clássicos, pois essa representava um depuramento da língua popular, um esforço artístico realizado pelos escritores sem a direta intervenção do povo.

Em *Um debate acadêmico*, publicada na *Careta*, em 25/10/1919, pode-se observar a crítica a essa elitização da língua. Nela o literato fala das preocupações dos acadêmicos em justificar toda e qualquer criação que surgisse pela boca do povo.

No cenotáfio acadêmico se haviam reunido vários conspícuos imortais, para tratar do termo – “manicofa” – usado pelo baixo povo do país.

O estudo tinha sido dividido, de acordo com a pergunta do acadêmico Kalandal Patagão, em duas partes:

- a) a origem do vocábulo;
- b) a sua significação;

c) autores de valor que o tivessem empregado.

A primeira parte do estudo já tinha sido iniciada, mas as opiniões divergiam.

O acadêmico Frânio Julius (descendente de Júlio César) era de opinião que “manicofa” vinha do idioma inca. Ele não sabia nada de inca, como, talvez, ninguém; mas, com auxílio da medicina legal, afirmava peremptoriamente que a palavra se originava do idioma falado pelos antigos habitantes do Peru.

Como todo sentimento preconceituoso não é unânime, havia intelectuais, como Lima Barreto, que acreditavam e defendiam que a linguagem literária não deveria se distanciar dos falares do povo, uma vez que, “numa língua, o que fala, e que não cessa de falar num murmúrio que não se entende, mas donde lhe vem, no entanto, todo o fulgor, é o povo”. (SERPA, 2000, p. 21). Portanto, era necessário ver a língua como código fundamental de expressão dessa população, pois isso contribuiria para a constituição da nação e a consequente afirmação da identidade nacional.

Na crônica *Exemplo a imitar*, publicada na revista *Careta* em 09-10-1915, observa-se que Lima Barreto ironiza a resolução dos conselhos municipais de São Paulo e Belo Horizonte, em relação à obrigatoriedade de que as placas e tabuletas fossem escritas na língua vernácula:

Os nossos jornais, os daqui, pedem que, à vista de semelhante exemplo, o nosso conselho faça o mesmo e vá até ao ponto de exigir que tais emblemas mereçam multas e outras punições.

Não há dúvida que a medida merece louvores, mas a nossa língua é tão indisciplinada, que não sei bem como os agentes e guardas fiscais se vão haver para executar a postura.

Nessa mesma crônica, o literato externaliza sua opinião em relação aos gramáticos, os quais são, comumente, alvos de sua crítica, pois configuram exemplo concreto da valorização de uma língua que não representa o Brasil.

Outra cousa: um ferrador põe na placa o seguinte letreiro: ‘Ferra-se burros’. Está certo? Está errado? Para uns está, para outros não. Como se há de resolver a multa?

O projeto chama uma comissão de gramáticos e esta é uma espécie de gente que não se entende.

A crítica ao modelo de língua lusitanizante pode ser observada na crônica *Duas Relíquias*, publicada no *A.B.C.*, em 28/02/1920. Lima Barreto relata que pretende doar dois de seus livros; são tratados de ortografia. Oferecendo-os, escreve a Brito Galvão, seu amigo. Nessa carta (que se torna crônica), explicita sua opinião a respeito dos professores conservadores, que teimam em exigir o uso lusitano do português, modalidade

socialmente vista como de prestígio. O literato aproveita ainda para juntar a tais professores os acadêmicos que, para ele, de maneira equivocada defendem uma língua diferente daquela que realmente representa o Brasil:

A outra é de um senhor José Feliciano de Castilho Barreto de Noronha. Creio que este senhor é o irmão do famoso autor português, Visconde de Castilho, e andou por aqui há anos, armado de palmatória a corrigir nos nossos autores o que lhe parecia erro de português, segundo o seu português enviesado, assim feito pelo seu orgulho de ter nascido no reino, não admitindo nenhuma modificação na linguagem lusa transplantada para aqui e modificada pelo tempo e outras fatores, embora de onde em onde, os seus próprios patrióticos deixem de lado os clássicos e pseudoclássicos e escrevem com toda a liberdade, sem semelhantes cadernos de escrita de mestres-escola da roça.

Na Academia, há muita gente que tem também essa ingênua crença.

Ao abordar a questão da língua, os problemas da identidade brasileira também são discutidos em Lima Barreto. Por exemplo, ao escrever sobre problemas políticos que ocorriam na Bahia:

Não é preciso que se tenha o patriotismo desse nacionalismo de palavreado a presidentes; não é preciso um patriotismo agressivo e exclusivista; basta o suave e estético (...)

Nenhuma terra brasileira, como a Bahia, fala tão fundo à nossa alma, até o ponto dos próprios sertanejos, esquecidos e ignorantes da vasta geografia nacional, só a conhecerem como a maior cidade de sua língua. O resto é Oropa – Bahia e Oropa.

Como é que chegou a tal desordem essa Meca nacional, cujo prestígio não vem da riqueza, nem do luxo, mas da poesia e do sonho da alma nacional?" (*O negócio da Bahia*)

E ainda estabelece uma relação direta entre identidade e língua nacional:

Não se pode, creio eu, dizer que uma cidade não é brasileira quando mais de dois terços de sua população o são. Convém ainda reparar que (...), os lusitanos muito pouco influem para a modificação dos costumes e da língua. (*O que é, então?*)

Em tudo isso pensava Lima Barreto e, portanto, manifestou-se sobre a supervalorização da língua da elite e a desvalorização da forma como o povo falava. A norma linguística por ele empregada, aliada aos temas abordados, fez com que fosse, muitas vezes, rejeitado pelos críticos que lhe atribuíam a pecha de não saber escrever, de não dominar gramaticalmente a língua. Segundo Freire (2005, p. 106),

no geral, constata-se que a maioria da crítica apresenta um ponto em comum na avaliação da obra de Lima Barreto: “imperfeições de linguagem”, “desleixo gramatical”, falta de “escrupulosa correção”. (...) os críticos da época

ca, acostumados e moldados pelo esmero da forma e da perfeição gramatical, não tiveram o discernimento necessário para antever – naquele modelo atípico de tratamento linguístico – os rumores de um processo de ruptura com os modelos tradicionais. (...) muito mais do que erro ou falha ou mesmo deficiência vocabular, o que se apresentava era a inovação, a ruptura e o futuro.

De acordo com o pensamento de Freire (2005), pode-se afirmar que na obra barretiana o que ocorre é a manifestação do plano do conteúdo no plano da expressão, ou seja, é a crítica ao tratamento marginalizador dado à linguagem que se manifesta na linguagem por ele empregada. Isso pode ser observado na crônica *Quase doutor*, na qual uma modalidade linguística bastante diversa da culta e de prestígio toma corpo:

-Caxero traz aí quarquer cosa de bebê e come. (...)

-Não sabe canungunde: o veio ta i. (...)

- Quá ele ta i nós não arranja nada. Quando escrevo é aquela certeza. De boca, não se cava... O veio óia, óia e dá o fora.

O exemplo não demonstra uma crítica clara do literato ao modelo de língua que deveria ser empregado, mas a manifesta discursivamente no plano da expressão, já que, no dizer de Fávero e Molina (2006, p. 88), “a sociedade exigia que os homens cultos falassem e escrevessem rigorosamente de acordo com a norma, sob o risco de serem ferozmente atacados”. Não é o que se observa no exemplo dado.

## 6. Conclusão

Finalmente, o Lima Barreto cronista saiu da imprensa (faleceu em 1922), trilhando os mesmos caminhos pelos quais entrara: criticando os poderosos, desconfiando das modificações urbanas, ressaltando uma linguagem que se aproximasse do povo, que fosse a identidade da população brasileira.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO Kátia de. Imprensa e Informação no Brasil, século XIX. *Revista Ciência da Informação*, volume 25, nº 3, 1996. Disponível em: <http://dici.ibict.br/archive>.

CURY, Maria Zilda Ferreira. *Um mulato no reino de Jambon*: as classes sociais na obra de Lima Barreto. São Paulo: Cortez, 1981.

CYRINO, Sônia M. L.; JOANILHO, Mariângela P. G. Para a história do português brasileiro: mudança e memória. *Linguas e Instrumentos Lingüísticos*, n.º 16. São Paulo: Pontes, 2006.

FÁVERO, Leonor Lopes; MOLINA, Márcia Antonia Guedes. *As concepções lingüísticas no século XIX: a gramática no Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

FREIRE, Zélia Nolasco. *Lima Barreto: imagem e linguagem*. São Paulo: Annablume, 2005.

LINS, Osman. *Lima Barreto e o espaço romanesco*. São Paulo: Ática, 1976.

MACHADO, Izamara Bastos. *A imprensa no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro, 2004. Dissertação de mestrado apresentada à Escola de Comunicação da UFRJ.

MENDONÇA, Marina Célia. *A luta pelo direito de dizer a língua: A lingüística e o purismo na passagem do século XX para o século XXI*. Campinas, 2006. Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP.

RESENDE, Beatriz. *Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos*. Campinas: Unicamp, 1993.

\_\_\_\_\_. Sonhos e mágoas de um povo. In: RESENDE, Beatriz; VALENÇA, Rachel. *Lima Barreto toda crônica*. Vol. I. Rio de Janeiro: Agir, 2004.

SERPA, Élio. Portugal no Brasil: a escrita dos irmãos desavindos. *Revista Brasileira de História*, vol. 20, n. 39. São Paulo, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.